

# Negociar, a única saída

Ricardo Noblat

**N**egociar, negociar, negociar até o último minuto do prazo disponível para que se chegue ou não a um acordo. Será esse, não outro, o principal efeito do anteprojeto de Constituição que o deputado Bernardo Cabral divulgou na manhã do último sábado. Ao optar pelo parlamentarismo, já, como sistema de governo a ser adotado pela Constituinte, Cabral obrigou o presidente da República e as lideranças partidárias a tentarem se entender em torno de algo capaz de substituir o gasto, carcomido e contestado presidencialismo atual.

Outra saída não há, na medida em que força política alguma é hegemônica — seja no âmbito da Comissão de Sistematização que votará o anteprojeto, seja no plenário da Constituinte. A história dessa Assembléia é a história da falência das lideranças formais e da ausência de fronteiras partidárias. Cabral zerou o jogo transcorrido até agora quanto ao sistema de governo que deve constar na futura Constituição. Negociar, pois, é preciso — ou o parlamentarismo gradual dos moderados, ou o presidencialismo dos sonhos de Sarney ou o semi-presidencialismo de Ulysses Guimarães.

Embora zerado o jogo, o empate registrado produziu, no mínimo, algumas evidências e só com muito rigor, de fato, pode ser considerado um empate. O parlamentarismo emergiu como o sistema de governo preferido por vasta maioria dos constituintes. Eventualmente, poderá não vingar se seus adeptos não tiverem competência para chegar a um modelo que os una. Reside só nisso a chance de vitória do presidencialismo de Sarney ou de Ulysses. A discussão sobre o sistema de governo fez submergir a discussão sobre a extensão do mandato presidencial que o próprio Sarney se encarregara de animar.

Entre os constituintes, pelo menos, perdeu relevo a disputa por conferir quatro ou cinco anos de mandato para Sarney — ou seis, que o presidente insiste em proclamar que não deseja mas que Cabral acabou por introduzir no seu anteprojeto de Constituição. A definição do mandato tornou-se caudatária da definição do sistema de governo. A aprovação do parlamentarismo só muito remotamente não premiará Sarney com um mandato de cinco anos. A manutenção do presidencialismo, mesmo que se dê à custa do fortalecimento do Congresso, poderá ser igual a um mandato de quatro anos.

Com a escolha do mandato de seis Cabral quis agradar Sarney. Com o parlamentarismo, já, pensou satisfazer os parlamentaristas em geral e a esquerda do PMDB em particular, que quer ver Sarney reduzido a um mero ornamento da República. Cabral imaginou contentar os militares com a transferência, para dentro do Congresso, do segundo turno da eleição de presidente da República. O Colégio Eleitoral que se restabelecerá, caso seja aceita a fórmula de Cabral, beneficiará, sem dúvida, o PMDB, dono, hoje, de sólida maioria no Congresso. Mas ampliará a influência dos militares na hora da unção do candidato que não tiver obtido a maioria absoluta dos votos diretos colhidos no primeiro turno.

Dificilmente, a fórmula sobreviverá até o encerramento da Constituinte. Além de ser casuística em excesso, politicamente é imoral na medida em que frustra um dos poucos sonhos ainda acalentados pelos brasileiros depois do advento de uma República que se ofereceu como inovadora — o de poder eleger, pela via direta, o seu presidente. Haverá outras razões para que ela seja exterminada. Sarney, por exemplo, considera que ela se tornaria “uma fonte permanente de crises militares”.

No sábado à noite, ao receber deputados do PFL no Palácio da Alvorada, Sarney alertou-os para o vício da fórmula de Cabral: “Vocês estão repetindo o erro da Bolívia. Cada vez que o Congresso tiver que referendar a eleição de um presidente, poderá haver um golpe”. A tertúlia do sábado à noite serviu, também, para que os deputados saíssem dali convencidos de que Sarney finca pé na defesa do presidencialismo como sistema de governo para negociar, mais tarde, de uma posição relativamente forte, a implantação de alguma forma de parlamentarismo — se possível, o mais gradual e brando.

“Vocês, parlamentaristas, ainda não me trouxeram nada de concreto”, argumentou o presidente a certa altura da conversa. Para deixar claro, em seguida: “Eu e meu governo não seremos obstáculo à adoção de nenhum sistema de governo que possa vir a ser mais democrático e melhor para o país”. Por fim, sugeriu aos deputados: “Qualquer acordo deve passar pelo José Lourenço e pelo Marco Maciel”. Pelo líder do PFL na Câmara, José Lourenço, o acordo passou ainda na noite do sábado. Ele concorda em votar a favor do parlamentarismo desde que seja um parlamentarismo a conta-gotas. Exige, ainda, a realização de um plebiscito para confirmá-lo.

O PFL tenta operar sua própria unidade em torno do parlamentarismo para poder, depois, negociar com o PMDB ou com uma fração dele. O PMDB faz a mesma coisa. O povo, ora o povo, a tudo assiste. Se é que realmente assiste, entendido e descrente.